

Proposições de interesse da Secretaria da Mulher 01 a 05/08/2016

PROJETO DE LEI Nº 3.900/15 – do Sr. Celso Jacob, que “Revoga o Parágrafo Único do art. 5º da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015”. “Revoga dispositivo que considerava como especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência”.

Relator: Otavio Leite.
Parecer: pela rejeição.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD)

PROJETO DE LEI Nº 3.075/11 – do Senado Federal – Gim Argello, que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que "regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos", para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A (4,4'-isopropilidenodifenol) em sua composição”.

Relator: Renato Molling.
Parecer: pela aprovação.

Pronta para Pauta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

PROJETO DE LEI Nº 4.884/12 – do Senado Federal – Marta Suplicy, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre licença especial à gestante em situação de risco”.

Relatora: Flávia Moraes.
Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100/15 – do Sr. Veneziano Vital do Rêgo, que “Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal”. “Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto, no âmbito do SUS”.

Relatora: Cristiane Brasil.
Parecer: pela admissibilidade.

Aguardando Vistas na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 2.638/07 – do Sr. Chico Lopes, que “Dispõe sobre a criação da Semana Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher e dá outras providências”.

Relator: Rubens Pereira Júnior.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 5.304/16 – do Sr. Ronaldo Martins, que “Altera a Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo quando a mulher trabalhadora estiver em situação de violência doméstica, na forma que indica”.

Relatora: Maria Helena.

Parecer: pela aprovação.

Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 7.163/14 – da Sra. Érika Kokay, que “Amplia o rol de hipóteses que configuram a violência doméstica e familiar contra a mulher, modificando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha”.

Relatora: Carmen Zanotto.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 7.835/14 – do Sr. Nelson Marchezan Júnior, que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a produção, a comercialização, a importação, a doação e a distribuição de andador infantil”.

Relatora: Shéridan.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 1.454/15 – do Sr. Roberto Alves, que “Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes”.

Relatora: Rosângela Gomes.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 3.170/15 – do Sr. Diego Garcia, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação”.

Relatora: Dulce Miranda.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 3.452/15 – da Sra. Dulce Miranda, que “Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno”.

Relator: Diego Garcia.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)